

A crise fiscal do Estado

**Júlio F Gregory Brunet e
Roberto B. Calazans***

O déficit nas contas públicas é uma medida de quanto o governo gasta mais do que arrecada. Foi necessário mudar a sua forma de aferição. A principal mudança foi a distinção entre o que são agregados fiscais e financeiros. Isto é, as receitas e despesas financeiras são excluídas do cálculo. Na nova medida do desempenho fiscal do Estado, chamada de resultado primário, as receitas/despesas financeiras são consideradas "abaixo da linha", sendo introduzidas somente após o cálculo do resultado primário. Este indica a insuficiência (ou sobre) de receitas fiscais em relação às despesas fiscais, mostrando quanto ele consegue se autofinanciar, de forma a honrar seus pagamentos de juros e sustentar os déficits passados. Através dele, o Tesouro do Estado é capaz de avaliar as suas necessidades de financiamento, que permitirão saldar suas contas além do que advém da arrecadação de tributos próprios e de transferências constitucionais. Embora simplificada, essa é a essência do déficit/superávit primário das contas públicas.

Aplicando-se essa metodologia

para análise das contas públicas estaduais, nos últimos 28 anos (70 a 98), chega-se a resultados surpreendentes. Em 28 anos, o Estado não tem conseguido se autofinanciar; isto é, arrecadar mais do que gasta, registrando déficits primários, principalmente a partir das décadas de 80 e 90. Os déficits calculados para as três últimas administrações situam-se em torno de 1,12% do PIB estadual e suas magnitudes estão próximas (ver tabela). Estes déficits têm sido financiados mediante aumento do endividamento público, seja por dívida flutuante ou fundada. Mais recentemente, as privatizações vieram a ser a nova fonte de financiamento dos déficits.

A história das finanças públicas nos tem demonstrado que os governos, até 94, contaram com ampla flexibilidade na aplicação da política salarial, já que havia indexação imperfeita dos salários vis-à-vis a indexação dos tributos, postergando-se o ajuste estrutural. Isso permitiu-lhes acumular saldos financeiros e dar continuidade aos serviços públicos e à expansão dos investimentos.

A partir do Plano Real, com a queda da inflação (et pour cause), o manejo das contas públicas mudou radicalmente. Embora pressionados por idênticas demandas os gestores públicos não mais contavam com saldos financeiros decorrentes das dife-

renças de indexação entre os ativos e passivos do Estado. A opção foi o financiamento do déficit crescente mediante as privatizações, o que permitiu sustentá-lo nas proporções dos governos anteriores, ao mesmo tempo em que se adotou política tributária passiva e política salarial expansiva.

O novo governo, ao eleger o ajuste fiscal do Estado como prioritário, terá que enfrentar a insuficiência de receita tributária e o crescente aumento dos inativos. Os déficits herdados das administrações anteriores não desaparecerão por mágica tributária. É difícil imaginar um esforço pelo lado da receita da ordem de 1% do PIB em um curto espaço de tempo. Inevitavelmente, o ajuste em 99 será de cunho ortodoxo, centrado na redução dos gastos nominais e reais custeio e investimento. Por seu turno, o aumento da taxa de inflação decorrente da desvalorização do real, combinada a inexistência de mecanismo de indexação, ajustarão os salários reais dos servidores públicos. No entanto, convém registrar que o ajuste via inflação apenas posterga o problema do autofinanciamento do Estado.

*Economistas e agentes
fiscais do Tesouro

Governos	Período	Primário IGPDI - médio anual	Primário % no PIB* -médio
Triches	71-74	-908.429	-0,62%
Guazelli	75-78	-1.943.049	-0,95%
Amarel	79-82	-2.885.681	-1,21%
Jair Soares	83-86	-3.444.019	-1,29%
Simon	87-90	-2.964.286	-1,14%
Collares	91-94	-2.708.092	-1,12%
Britto	95-98	-3.062.114	-1,16%

IGPDI-Fev/99 *PIB nominal versus Primário Nominal